



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Martins, Lígia Márcia; Carvalho, Bruna

A ATIVIDADE HUMANA COMO UNIDADE AFETIVO-COGNITIVA: UM ENFOQUE
HISTÓRICO-CULTURAL

Psicologia em Estudo, vol. 21, núm. 4, outubro-diciembre, 2016, pp. 699-710

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287149565015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A ATIVIDADE HUMANA COMO UNIDADE AFETIVO-COGNITIVA: UM ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL

Lígia Márcia Martins

Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara/SP, Brasil

Bruna Carvalho¹

Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara/SP, Brasil.

RESUMO. Este artigo coloca em questão a unidade afetivo-cognitiva que sustenta a atividade humana com o objetivo de aclarar a impropriedade de enfoques que dicotomizam razão e emoção. Assevera que tais dissociações radicam em princípios teórico-metodológicos que balizam explicações sobre o psiquismo humano, de sorte que a superação dos referidos dualismos se impõe como uma questão de método. Para a explicitação dessa assertiva, recorreu à psicologia histórico-cultural, à luz da qual se explana acerca do psiquismo como imagem subjetiva da realidade objetiva, das críticas vigotskianas ao dualismo cartesiano e da necessidade de um enfoque histórico-cultural no estudo das emoções, tendo em vista analisar a atividade humana como unidade afetivo-cognitiva e as imbricadas relações que se travam, nela, entre afetos, emoções, sentimentos e pensamentos. Uma vez apresentadas as intervencções entre afetos e cognições, a presente exposição advoga que os conceitos se impõem como unidade mínima de análise tanto do pensamento quanto dos sentimentos.

Palavras-chave: Atividade; afeição; cognição.

THE HUMAN ACTIVITY AS AFFECTIVE-COGNITIVE UNIT: A HISTORIC-CULTURAL APPROACH

ABSTRACT. This article puts in question the affectional-cognitive unit which sustains the human activity, with the purpose to light incorrectness of approaches which dichotomize reason and emotion. It asserts that such dissociations are founded in theoretical-methodological principles which set bounds for explanations about the human psychism, so that the overcoming of referred dualisms puts on as a method matter. For making explicit that assertion, it resorted to Historic-Cultural Psychology, based on that it explains about the psychism as subjective image of objective reality, of Vygotskian criticisms to Cartesian dualism and the need of a historic-cultural approach on emotion studies, intend to analyzing the human activity as a affective-cognitive unit and the imbricated relations that are waged, within it, among affections, emotions, feelings and thoughts. Once presented the interrelations between emotions and cognitions this exhibition argues that the concepts are necessary as a minimum unit of analysis both of thought and feelings.

Keywords: Activity; affection; cognition.

LA ACTIVIDAD HUMANA COMO UNIDAD AFECTIVO-COGNITIVO: UN ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL

RESUMEN. En este artículo se pone en tela el juicio la unidad cognitivo-afectivo que sustenta la actividad humana con el fin de aclarar la insuficiencia de los enfoques de la dicotomía entre la razón y la emoción. Afirmar que tales disociaciones tienen sus raíces en los principios teóricos y metodológicos que guían las explicaciones sobre la psique humana, de modo que la superación de este dualismo se impone como una cuestión de método. Para la aclaración de esta declaración hizo un llamamiento a la Psicología Histórico-Cultural a la luz de lo que se expuso en la psique como imagen subjetiva de la realidad objetiva, la crítica vigotskiana del dualismo cartesiano y la necesidad de un enfoque histórico-cultural para el estudio de las emociones con el fin de analizar la actividad humana como unidad cognitivo-afectivo y las complejas relaciones que se libran entre los afectos, emociones, sentimientos y pensamientos. Una vez presentadas las

¹ E-mail: brucarvalho.unesp@yahoo.com.br

interrelaciones entre las emociones y cogniciones esta exposición argumenta que los conceptos son necesarios como unidad mínima de análisis tanto del pensamiento como del sentimiento.

Palabras-clave: Actividad; afección; cognición.

Introdução

Apesar dos inúmeros avanços que marcam a psicologia como ciência e profissão na atualidade, o tratamento dispensado aos fenômenos afetivo-cognitivos ainda encerra inegáveis desafios teórico-práticos. A marca dos dualismos rígidos, tão bem entalhada pela hegemonia lógico-formal, desde as origens da modernidade se mantém, orientando enfoques que ora conduzem à centralidade afetiva em detrimento dos aspectos cognitivos, ora, ao seu contrário.

Os conceitos em pauta, afeto e cognição, circunscrevem questões fundamentais na psicologia em todos os seus campos de aplicação, dado que determina maiores esclarecimentos acerca dos primeiros, como também afirmam Machado, Facci e Barroco (2011), Toassa (2012), Martins (2013), Monteiro (2015), entre outros. Esses autores, ao colocarem em foco tais conceitos, avaliam que, não obstante os avanços da psicologia ao longo do século XX, nela ainda persevera a visão dual sobre os fenômenos psíquicos que marcou suas origens no século XX. Nessa direção, apontam que a superação da mesma ainda é um desafio a ser vencido por essa ciência. Ademais cabe ressaltar que também sob enfoque neurocientífico o dualismo cartesiano entre afeto e razão é sobejamente questionado por Damásio (2011; 2012; 2014; 2015), para quem o ser e suas diversas formas de manifestação precisam ser compreendidos de modo integrado. O autor afirma, nas obras citadas, a artificialidade dos enfoques cartesianos, postulando que os impactos dos sentimentos na vida mental requerem o pensamento e a consciência e vice-versa, pois somente em conjunção os afetos e a razão modulam os comportamentos humanos. Não obstante observamos que o enfoque metodológico, adotado por este autor, pretere a natureza social e dialética do desenvolvimento humano.

De partida, julgamos pertinente destacar que as inúmeras cisões existentes no que tange aos estudos dos fenômenos humanos, dentre os quais se destaca a dicotomia entre emoção e razão, refletem princípios metodológicos de investigação distintos e não meras diferenças interpretativas, vinculando-se aos percursos de estruturação da própria psicologia e das neurociências. Todavia foge aos nossos objetivos uma análise comparativa sobre tais princípios metodológicos, posto visarmos à exposição de elementos que corroborem a compreensão da unidade afetivo-cognitiva, própria à atividade humana à luz do método materialista histórico-dialético, conforme preceitos sistematizados por Paulo Netto (2015) e Tonet (2013).

O tratamento que dispensaremos à atividade humana como unidade afetivo-cognitiva apoia-se em Leontiev (1978a; 1978b) e em Vygotski (1995; 1996), para quem o psiquismo é unidade material/ideal à qual compete a formação da imagem subjetiva da realidade objetiva para, no bojo da explanação desse processo, colocar em relevo as propriedades afetivo-cognitivas da atividade humana e a caracterização da vivência subjetiva em suas relações com o que seja afeto, emoção e sentimento.

O psiquismo como imagem subjetiva da realidade objetiva

Ao afirmar o método materialista dialético como requisito para o estudo do homem em suas múltiplas determinações, a Teoria Histórico-Cultural anunciou a possibilidade científica de explicação do psiquismo como, ao mesmo tempo, estrutura orgânica e imagem subjetiva da realidade, correlacionando fenômenos psíquicos e mundo material. Essa abordagem viabilizou a superação de interpretações fragmentárias e dicotômicas entre a experiência interna e a externa, entre subjetividade e objetividade, entre emoção e razão, dentre outras. Da mesma forma, possibilitou a superação de modelos biologizantes, centrados na unilateralidade orgânica, e/ou psicologizantes, representativos do idealismo introspeccionista, próprio às origens da psicologia e que foram duramente criticados em toda a produção vigotskiana, especialmente no ensaio *Teoría de las Emociones: Estudio Histórico-Psicológico* (Vigotsky, 2004).

Ao caracterizar o psiquismo como imagem subjetiva da realidade objetiva, o materialismo dialético lançou luz à compreensão dos processos psíquicos que conferem existência objetiva ao reflexo da realidade na consciência. Destacou que essa compreensão tem como esteio a relação ativa sujeito-objeto, esclarecendo a dinâmica pela qual o objeto, existente fora e independentemente da consciência do sujeito, conquista também uma existência subjetiva.

Marx (2010) foi pioneiro na proposição, segundo a qual, a realidade tem existência autônoma em relação à consciência que os homens tenham dela, cabendo-lhes conhecê-la para poder dominá-la. Esse princípio representa uma das bases sobre a qual a psicologia histórico-cultural edificou-se e se expressa vivamente na assertiva de Leontiev (1978b), para quem o psiquismo humano identifica-se com o reflexo consciente da realidade concreta.

A subjetividade, assim concebida, possui, por sua vez, correspondência objetiva, haja vista que sua função nuclear é operar como parâmetro e critério da atividade concreta que vincula sujeito e objeto, orientando o homem nas condições objetivas que sustentam sua vida. Consequentemente, deve haver um grau máximo de adequação entre a imagem e o objeto que reflete ou visa a refletir. Contudo a imagem não é uma cópia mecânica do real e essa correspondência não se realiza de modo natural, mas sim por apropriação da cultura.

Conforme disposto por Vygotski (1995), o processo de internalização, do qual resulta a imagem, não promove a mimese figurativa do objeto, mas a sua *representação*, permitindo que a imagem passe a ocupar o lugar do objeto, compondo a subjetividade do indivíduo. Daí que a internalização represente, em última instância, a apropriação de signos, de significados. A fidelidade da representação resulta como conquista da mediação de signos, pressupondo os domínios objetivos, reais e concretos do sujeito sobre o objeto.

Foi à vista da explicação desses domínios que Vygotski (1995; 1996) postulou a distinção entre propriedades psíquicas, naturalmente instituídas, – denominando-as *funções psíquicas elementares* – e propriedades culturalmente formadas, denominadas de *funções psíquicas superiores*. Por essa via, identificou o desenvolvimento psicológico com o movimento engendrado por contradições internas entre os legados natural e cultural, em que as funções psíquicas se transformam e oportunizam o autocontrole da conduta, requerido aos domínios do sujeito sobre o objeto.

Na qualidade de produtos do desenvolvimento social da humanidade, as funções psíquicas superiores instituem-se como formas supraorgânicas de conduta, resultantes do uso de signos e do emprego de ferramentas, graças aos quais os comportamentos se tornam conscientemente planejados e controlados. Destarte, o sistema de atividade humana determina-se, em cada etapa, pelo grau de seu desenvolvimento orgânico e pelo grau de seu domínio sobre as objetivações culturais. Esses dois sistemas diferentes desenvolvem-se conjuntamente, formando um terceiro sistema, inovador e de um tipo muito especial, que aponta o psiquismo como *imagem subjetiva da realidade objetiva*, ou *reflexo psíquico da realidade*.

Segundo Vygotski (1995) e Leontiev (1978b), a formação cultural da referida imagem corresponde à transformação da estrutura psíquica natural, primitiva, em direção a novas e mais complexas estruturas. Ademais a construção da imagem psíquica, como fenômeno consciente denotativo do real, determina-se por uma conjugação, edificada pela atividade humana, de processos materiais e psicológicos e, não sendo mera estampagem da realidade objetiva, revela-se como alfa e ômega da relação homem/natureza, no que se inclui a própria natureza humana. A realidade objetiva, refletida sob a forma de fenômenos psíquicos, constitui a *subjetividade humana como reflexo psíquico da realidade*.

Essa assertiva conduziu os autores supracitados à análise das propriedades psíquicas, instituintes do reflexo psíquico, isto é, à análise dos processos funcionais que conformam a imagem subjetiva da realidade objetiva – sensação, percepção, atenção, memória, linguagem, pensamento, imaginação, emoção e sentimento. O tratamento pontual a cada um desses processos vai além dos objetivos deste manuscrito. Todavia cumpre-nos indicar sucintamente o papel que desempenham na formação da imagem subjetiva.

Conforme disposto por Luria (1991), tomando a relação ativa sujeito/objeto como referência fundante da formação em questão, há que reconhecermos na captação sensório-perceptual do objeto sua condição primária. Nessa direção, a sensação reflete aspectos parciais dos objetos e fenômenos, enquanto a percepção possibilita a construção de uma imagem unificada sobre eles. A atenção, por sua

vez, torna possível a formação da imagem focal sobre o campo perceptual, enquanto à memória compete a formação da imagem por evocação de traços mnêmicos.

Linguagem e pensamento requalificam todas essas formações, na medida em que a representação do objeto se institui como signo pela linguagem, abrindo as possibilidades para a construção da imagem na qualidade de ideia. Por ação do pensamento, graças ao qual se apreende imediatamente o que é dado imediatamente pela captação sensorial, colocam-se a descoberto as conexões existentes entre os objetos, desvelando-se, assim, suas propriedades essenciais, não disponibilizadas pela sensibilidade imediata (Vygotski, 2001).

Ainda em conformidade com Vygotski (2001), o pensamento permite a *construção da imagem do objeto em suas vinculações internas e interdependências abstratas*. Esse processo, porém, sob uma perspectiva histórico-dialética, não representa apenas a transmutação do objeto em forma subjetiva (em ideia), mas também a transformação da ideia em novo objeto, dado resultante da imaginação, à qual compete a formação da imagem antecipada do produto a ser alcançado pela atividade.

Em síntese, sensação, percepção, atenção, memória, linguagem, pensamento e imaginação colocam-se diretamente a serviço da formação da *imagem do objeto à vista da sua concretude*, isto é, da imagem fidedignamente representativa do real existente – visam, pois, ao reflexo da realidade objetiva. Tais processos funcionais representam as denominadas *funções cognitivas*, cujo parâmetro de qualidade se revela na *inteligibilidade do real* que promovem (Martins, 2013).

Ocorre, porém, que toda essa dinâmica de internalização abarca apenas parte do processo, uma vez que nenhuma imagem se institui na ausência de uma *relação particular entre sujeito e objeto*. Para que haja captação sensorial do objeto e consequente instituição da imagem psíquica que lhe corresponda, a primeira condição é a de que o objeto afete o sujeito, de sorte que a referida imagem contere, além das propriedades do objeto, as singularidades da relação do sujeito com ele. Disso resulta a impossibilidade de qualquer relação entre sujeito e objeto isentar-se de componentes *afetivos*, tal como postulado tanto por Vigotsky (2004) quanto por Leontiev (1978a).

Portanto, entender a dialética entre os processos cognitivos e afetivos – como opostos interiores um ao outro, e não como processos dicotômicos – é requisito metodológico para a compreensão da *atividade humana como unidade afetivo-cognitiva* e, igualmente, o primeiro passo para o estudo materialista histórico-dialético das emoções e sentimentos. A unidade afetivo-cognitiva que sustenta a atividade humana demanda a afirmação da emoção como dado inerente ao ato cognitivo e vice-versa, já que nenhuma emoção ou sentimento, bem como nenhum ato de pensamento, podem se expressar como *conteúdos puros*, isentos um do outro.

Foi advogando esse enfoque materialista e sistêmico acerca do psiquismo que Vigotsky (2004), pioneiramente, teceu críticas radicais ao dualismo cartesiano, colocando em pauta a impropriedade das cisões entre emoção, sentimento e pensamento – questão sobre a qual versaremos na sequência.

Críticas ao dualismo cartesiano e o enfoque histórico-cultural no estudo da emoção, sentimento e pensamento

A atenção dedicada pela psicologia histórico-cultural às emoções, sentimentos e pensamentos voltou-se, primeiramente, à análise da impropriedade dos preceitos que focalizaram as dimensões afetivas e cognitivas pela lógica do *ou isso ou aquilo*, bem como a natureza e o papel das emoções e sentimentos na dinâmica da atividade humana, tendo em vista que sua própria existência é condicionada pela vivência social do indivíduo, pela *afecção* do mundo sobre ele.

Vigotsky (2004) deixou claro que, para a correta compreensão das imbricadas relações estabelecidas entre as emoções e as demais funções psíquicas, expressas na estrutura da atividade humana, a primeira tarefa consistia na superação do enfoque cartesiano, que dicotomizara mente e corpo, abrindo as possibilidades para explicações ora idealistas, ora materialistas mecanicistas. Para ele, o campo de estudos sobre as emoções ainda se mostrava um terreno insuficientemente explorado pela psicologia histórico-cultural e, dessa lacuna, emergiam e ganhavam força, sobretudo, os enfoques organicistas, a exemplo das proposições de James e Lange.

Segundo Vigotsky (2004), as investigações do psicólogo Willian James e do fisiólogo C. G. Lange, ainda que realizadas independentemente no final do século XIX, convergiram em suas proposições,

tornando-se referências matriciais nos estudos sobre emoções. O enfoque desses pesquisadores – estabelecendo relações lineares entre emoções e funcionamento orgânico – circunscreveu-lhes uma natureza fundamentalmente corpórea, dicotomizando-as dos sentimentos humanos. Com isso, estabeleceu vínculos diretos entre emoções e corpo, sentimentos e *alma*. Eis, para Vigotski (2004), o nascedouro das teorias de cunho material-mecanicistas e/ou ideal-metafísicas que têm povoado a psicologia das emoções e sentimentos.

James e Lange, ao explicarem as emoções, colocando em primeiro plano sua base biológico-orgânica, impuseram as modificações fisiológicas como seus únicos condicionantes, convertendo-as em epifenômenos psicofísicos que preparam o organismo para a ação. As manifestações corporais imediatas constituiriam a substância das emoções, de tal forma que elas se expressariam de maneira mais pura e genuína nos animais do que no homem, no homem primitivo mais do que no homem desenvolvido e, por conseguinte, na criança mais do que no adulto (Vigotsky, 2004).

Desde essa doutrina, instala-se uma disputa entre opostos inconciliáveis, em face da qual o pêndulo da balança permanece oscilando entre o corpo e a alma, entre matéria e ideia, entre objetivo e subjetivo etc. Por isso Vigotsky (2004) asseverou que James e Lange, com suas teorias organicistas das emoções, não fugiram à tradição cartesiana ao visarem encontrar nas modificações corporais a fonte *pineal* das emoções.

Esses pesquisadores, ao proporem que o processo emocional se desenvolve atendendo ao percurso *percepção – mudanças orgânicas – emoção*, deixavam clara a concepção de emoção como percepções internas de mudanças orgânicas, reduzindo-as ao reflexo, na consciência, de tais transformações – isto é, à percepção de *sensações emocionais*. Ademais, em face dessas proposições, restara, por se desvelar, a natureza dessas sensações, quando atreladas a processos mentais – como o pensamento, o raciocínio, a vontade etc.

Segundo Vigotsky (2004), em nenhum outro campo de investigação se mostrara tão clara a cisão entre processos naturais, *inferiores* (a exemplo das emoções) e processos *superiores* (a exemplo dos sentimentos e pensamentos) da qual resultaram os inúmeros impasses que marcaram (e ainda marcam) os estudos sobre o desenvolvimento das emoções e sentimentos humanos. Contudo é importante registrarmos que o psicólogo russo não se contrapôs à proposição dos fundamentos orgânicos das emoções, mas conferiu a James e Lange o mérito de evidenciarem as mudanças orgânicas específicas das reações emocionais, abrindo um frutífero caminho para as investigações empíricas sobre elas, dado que confere a tais proposições um inegável valor científico. A crítica vigotskiana incidia, fundamentalmente, sobre as cisões impostas à dinâmica psíquica e ao anistoricismo de tais proposições.

O anistoricismo destacado por Vigotsky (2004) assenta-se na afirmação, segundo a qual, as bases reais das emoções e sentimentos humanos não se apoiam, unilateralmente, em mecanismos fisiológicos. Ao se dedicarem aos estudos das emoções, James, Lange e seguidores tomaram como referência as bases materiais das emoções dos animais que, todavia, segundo Vigotsky (2004), não fornecem os elementos necessários aos estudos das emoções humanas. Com isso, este autor trouxe à baila a distinta natureza de homem e animal, bem como a impropriedade de se explicar o *superior* - o mais complexo, a partir do *inferior* – do mais simples, tal como preconizou na proposição do método inverso (Vygotski, 1995).

Para Vygotski (2001) e Vigotsky (2004), a teoria biológica das emoções resulta incorreta se dos animais se passa ao homem, tal como proposto por James, Lange e seguidores. Ao preterirem as diferenças radicais entre eles, limitam a compreensão das emoções humanas aos seus rudimentos mais arcaicos, aos *instintos* primitivos. Sob esse enfoque, as reações emocionais se convertem em herança *congelada*, refratária às profundas transformações advindas da vida em sociedade. Por esse caminho, suas manifestações acabam sendo tomadas, via de regra, como desestruturantes do comportamento humano, como um tipo de *invasão animal* cujo destino deva apontar na direção da contenção.

Vigotsky (2004) considerou que a lógica dualista do *ou isso ou aquilo* impedia avanços efetivos na explicação do fenômeno emocional, deixando escapar *pelo vão dos dedos* a estrutura da atividade na qual a emoção cumpre diferentes funções. O autor afirmou que o anistoricismo se colocara como traço central da teoria organicista-cartesiana, não obstante seus proponentes visassem encontrar, a partir dela, a chave da explicação histórica das emoções.

Afirmando o desenvolvimento histórico-social do psiquismo humano e buscando um estudo ontogenético das emoções, Vigotsky (2004) sintetizou dois traços fundamentais do anistoricismo dos modelos explicativos organicistas. O primeiro se refere à natureza sensorial e reflexa, conferida à reação emocional, e o segundo assenta-se na hipótese de que tais reações representam o núcleo mais estável do conjunto de elementos do comportamento emocional.

Segundo Vigotsky (2004), a teoria organicista-cartesiana pretere o desenvolvimento histórico-social, inclusive no que tange ao próprio aparato orgânico, privando o núcleo emocional de qualquer vínculo com a consciência historicamente desenvolvida. Vinculando as emoções às estruturas orgânicas mais arcaicas e mais estáveis, tais teorias isolaram as emoções do contexto geral do desenvolvimento humano, impossibilitando o desvelamento da unidade entre as emoções e seus conteúdos psicológicos. Por conseguinte, converteram as emoções em “uma ilha separada do continente principal da consciência, rodeada por todos os lados de um oceano de processos puramente vegetativos e animais, puramente orgânicos, em cujo contexto adquirem seu verdadeiro significado” (Vigotsky, 2004, p. 136).

O autor suprarreferido destacou também que a unilateralidade dos enfoques organicistas das emoções não tardou a se tornar objeto de severas críticas, que congregaram outros pesquisadores, a exemplo de S. Freud, A. Adler, e K. Lewin. Rechaçando as *explicações* causais dos enfoques biológicos, as proposições desses estudiosos apelaram à psicologia seu papel no universo da *compreensão* acerca desses fenômenos, cuja única meta passaria a ser o entendimento dos nexos emocionais diretamente vividos por cada indivíduo pelo desvelamento de seus conteúdos.

No intento de superação da teoria explicativa clássica das emoções, as posições emergentes no final do século XIX e início do século XX acabaram por encerrar as emoções humanas em *complexos psicológicos*, isto é, em unidades de processos que se unem associativamente por um ato subjetivo da personalidade. Como resultado, analisou Vigotsky (2004), o enfoque dual foi preservado, uma vez que, se sob o ângulo do organismo rechaçava-se seu sentido subjetivo para se preservar a materialidade da emoção, no segundo caso refutava-se a materialidade da vida para se poder preservar a vivência do sentido.

Destarte, finalizou o autor, apenas a superação do dualismo cartesiano, quer em sua orientação materialista ou idealista, promoveria um enfoque verdadeiramente novo no estudo das emoções humanas. Um enfoque que tirasse a psicologia do *beco sem saída* no qual, ao estabelecer o nexo causal entre as manifestações fisiológicas e as experiências emocionais, perdia-se a possibilidade de estabelecer o nexo inteligível e lógico entre emoção, sentimento e os demais processos psíquicos e, igualmente, entre eles e os conteúdos histórico-sociais da consciência. Para Vigotsky (2004), essa empreitada requeria outra lógica no estudo da atividade humana.

A atividade humana como unidade afetivo-cognitiva

O enfoque sistêmico que Vigotsky (2004) defendera em relação a todos os processos funcionais reaparece no tocante às emoções e sentimentos, em relação aos quais o autor também destacou o papel da internalização de signos e, especialmente, a formação de conceitos. Para ele, o sistema de conceitos inclui os sentimentos e vice-versa, uma vez que o ser humano não sente simplesmente, mas percebe o sentimento sob a forma de seu conteúdo (medo, alegria, tristeza etc.). Portanto, afirma o autor, os sentimentos são vividos como juízos, guardando sempre certa relação com o pensamento, na mesma medida em que o próprio pensamento não se isenta, em diferentes graus, da afecção do objeto sobre o qual versa.

O tratamento que Vigotsky (2004) dispensou à unidade afetivo-cognitiva da atividade humana foi substancialmente influenciado pela filosofia espinosiana, que, para o autor, iluminara radicalmente as contradições e limites cartesianos. Vigotsky (2004) referiu-se a Espinosa como alguém que teceu críticas não apenas o dualismo de Descartes, mas também às interpretações espiritualistas e teleológicas preponderantes à época.

Resgatando uma das proposições desse filósofo do século XVII, segundo a qual, o homem tem poder sobre os afetos e a razão pode alterar a ordem e as conexões das emoções – conduzindo-as à sintonia com a ordem e conexões dadas pela consciência –, Vigotsky (2004) afirmou que o conhecimento sobre o afeto é capaz de alterá-lo, transformando-o de um *estado passivo* para um *estado ativo*.

Conforme Russell (1979), na filosofia espinosiana, as expressões *estados passivos* e *estados ativos* referem-se às disposições que emanam da relação sujeito-objeto. No estado passivo o sujeito sofre a ação do objeto, refluindo sua atividade em face dele; no estado ativo o sujeito atua sobre o objeto, potencializando a atividade que incide sobre ele.

Vigotsky (2004) afirma, então, que os afetos atuam em um complexo sistema de conceitos e situá-los em relação à razão e às outras instâncias psicológicas representa uma das condições para a explicação da vida psíquica. Afirmou, assim, a natureza histórico-cultural do sentimento, denominado por ele também como *emoção complexa*, que se institui e se altera em razão do meio ideológico e psicológico, isto é, pela internalização de signos da qual resulta a formação de conceitos.

Reiterando a natureza histórico-cultural do funcionamento afetivo, esse autor propôs a necessidade de enfocá-lo no *sistema psíquico* que o comporta, ou seja, apreendê-lo nas interconexões com todos os demais processos funcionais. Todavia, não obstante a exegese que empreendeu sobre as teorias da emoção que marcaram seu tempo, Vigotsky (2004) não sistematizou algo que possamos tomar como a sua própria *teoria das emoções*, mas deixou um legado que, a nosso juízo, se espalhou na psicologia histórico-cultural pelas mãos dos pesquisadores que deram continuidade ao projeto de construção da *psicologia científica* consubstanciada na psicologia histórico-cultural.

Entendemos que Leontiev (1978a) contribuiu significativamente para a compreensão da unidade afetivo-cognitiva ao colocar em foco a dinâmica interna da atividade humana em relação às necessidades, motivos e emoções. Esse autor destacou, primeiramente, que tais fenômenos correspondem ao fundo dinâmico da personalidade, operando por meio das estreitas conexões que estabelecem entre si. No tratamento que dispensou a essa questão, Leontiev (1978a) defendeu a necessidade inicial de distinção entre necessidades e motivos – conteúdos da consciência, muitas vezes tomados na psicologia como sinônimos.

Segundo Leontiev (1978a), a necessidade corresponde a um estado carencial e profundamente emocional, gerador de tensão que mobiliza a ação, havendo, do ponto de partida do desenvolvimento, um radical biológico comum às necessidades e emoções. Tanto quanto os animais, os homens nascem dotados de necessidades vitais que são, inicialmente, satisfeitas por outras pessoas. À medida da atuação do próprio sujeito sobre os objetos circundantes é que se estabelecem os vínculos entre o estado carencial (necessidade) e o objeto capaz de atender a ele. Portanto, a necessidade em si mesma não dispõe de propriedades aptas a orientar ou dirigir a atividade. Seu conteúdo interno carece ser *preenchido*, o que significa dizer que apenas como resultado da descoberta do objeto da carência a necessidade conquista objetividade. Por isso os estados de necessidade, via de regra, são vividos como sensação de vazio, de falta, de carecimento indiferenciado.

Contudo a ação do sujeito sobre o mundo possibilita-lhe uma reorientação da necessidade à medida da descoberta daquilo que lhe corresponde satisfatoriamente, ou seja, o objeto, apto a atender ao estado carencial, precisa ser encontrado. Esse processo de descoberta reconfigura a relação sujeito-objeto, na base da qual a necessidade se converte em motivo e o objeto conquista valoração afetivo-positiva. O motivo abarca, pois, a unidade entre a necessidade e o objeto que lhe corresponde, que adquire função estimuladora e orientadora da atividade (Martins, 2015). Há que notarmos, portanto, o papel da afecção do objeto sobre o sujeito na construção dos motivos e, conseqüentemente, a ordem social de sua formação.

Para Leontiev (1978a), as necessidades verdadeiramente humanas resultam de um longo processo de formação. O radical comum entre necessidades e emoções confere uma tonicidade emocional às necessidades, de sorte que seu atendimento ou frustração dificilmente será isento de correlatos emocionais. A mesma relação sujeito-objeto que promove a construção dos motivos, que confere objetividade à necessidade e suscita vivências emocionais, ocorre sobre um fundo psicológico dinâmico que confronta permanentemente os motivos da atividade e seus resultados.

Por isso, afirmou Leontiev (1978a), as emoções se impõem como instituintes da atividade e da consciência, cumprindo-lhe o papel de sancionar, positiva ou negativamente, os motivos da atividade em face de seus resultados, isto é, em face do atendimento às finalidades das ações que visam atender objetivamente a dada necessidade.

Em conformidade com Leontiev (1978a), a diferenciação dos estados emocionais, por sua vez, resulta do desenvolvimento da sensorialidade primária, na qual todos os aspectos psíquicos fundem-se

à emoção. Graças a esse desenvolvimento, ao qual se vincula o próprio desenvolvimento da consciência, os estados emocionais se especializam, por assim dizer, conferindo diferentes tons emocionais ao experienciado.

Trata-se, segundo esse autor, de uma diferenciação que incide sobre a imagem do real, entre seu conteúdo objetivo e sua ressonância afetiva. Essa ressonância, denominada pelo autor como “*afectogênese do objeto*” (Leontiev, 1978a, p. 156, grifos nossos), não é nem estática nem estável, condicionando-se pelas complexas mediações requeridas à atividade humana. Nessa direção, esse autor também afirmou que os estados emocionais não são rudimentos arcaicos nem núcleos rígidos que imperam sobre a relação sujeito-objeto, possuindo sempre uma história, um desenvolvimento.

Ao longo da história de desenvolvimento, à medida da influência das emoções sobre o experienciado, os vínculos emocionais com o motivo da atividade se estreitam. Com isso, alertou Leontiev (1978a), o motivo pode diluir-se no sentimento, perdendo, assim, sua objetividade. Desse tipo de relação, na qual a emoção encapsula o motivo, surge a ideia – falsa, segundo o autor – que atribui ao sentido pessoal da vivência um cunho fundamentalmente hedonista e, portanto, abstrato. Nas palavras do autor:

Por isso, sem dúvida, é preciso superar a concepção subjetivista tradicional dos motivos, que leva a confundir fenômenos totalmente heterogêneos e níveis completamente diferentes de regulação da atividade.... As vivências subjetivas, o querer, o desejar etc. não são motivos porque não são capazes de engendrar por si só uma atividade *orientada* (Leontiev, 1978a, p. 153, grifo do autor).

Com tais considerações, o autor não estava secundarizando o papel dos estados afetivos, mas colocando em questão que a atividade humana é, a rigor, uma atividade orientada a dadas finalidades, sustentando-se por uma multiplicidade de determinações e, dentre elas, incluem-se os estados afetivos. É descabido pressupormos, assim, que a atividade humana subordina-se meramente à elevação de emoções positivas e redução de emoções negativas. Se assim o fosse, forçosamente deveríamos concluir que o prazer faz a história, mas a própria história nos faz ver o contrário.

Pelo exposto, depreendemos que os estados emocionais emanam da atividade que é, em se tratando da atividade humana, mediada pela consciência. Por isso o curso do desenvolvimento e expressão dos estados emocionais pressupõem condições e circunstâncias concretas de vida e educação que condicionam suas inúmeras mudanças e particularidades qualitativas.

As proposições de Leontiev (1978a) vão ao encontro dos postulados de Vigotsky (2004), já que ambos destacam o desenvolvimento do pensamento e da consciência como fator umbilicalmente unido à formação dos estados emocionais. Igualmente, esses autores convergem ao considerarem que as emoções humanas acompanham positivamente o processo de humanização, contrapondo-se à concepção clássica das emoções como núcleo fossilizado, como rudimentos arcaicos da existência do homem.

Tecidas estas considerações, que visaram a afirmar a natureza histórico-cultural das emoções e sentimentos e fornecer subsídios teórico-metodológicos à compreensão da unidade afetivo-cognitiva, própria à atividade humana, cumpre-nos, agora, o esclarecimento acerca das distinções conceituais entre afeto, emoção e sentimento.

Vivência subjetiva: afeto, emoção e sentimento

Devemos registrar, de partida, que não encontramos nos autores que fundamentam a psicologia histórico-cultural um consenso em relação ao uso que fazem dos termos afeto, emoção e sentimento, adotados frequentemente sem grandes distinções entre si. Inferimos inclusive que, particularmente, Vigotski, Leontiev e Luria não se detiveram sobre tais distinções terminológicas. Por essa razão, optamos por explanar primeiramente sobre a natureza histórico-social da emoção e dos sentimentos, assim como sobre a unidade afetivo-cognitiva da atividade, posto que esses preceitos representam o lastro comum sobre o qual se edifica a atenção dispensada aos processos funcionais afetivos no âmbito da psicologia histórico-cultural.

Ao longo deste texto, foi demonstrado que o homem *reage* frente aos objetos e fenômenos da realidade e essa reação é condicionante primário da construção do reflexo dos mesmos na consciência.

Nessas reações todo o sistema psíquico é mobilizado, isto é, reage-se ao mundo pelas sensações, percepções, atenção, memorizado, pensamento, linguagem, imaginação, emoções e sentimentos. Não há, portanto, um *status* que qualifique diferencialmente tais processos na formação da imagem psíquica; existe, sim, uma dinâmica entre eles, um amálgama condicionado pela natureza da atividade em curso, que confere especificidade à expressão de cada função e em que medida participa da atividade em questão.

O produto desse amálgama afeta o indivíduo de diferentes modos e em diferentes graus, na dependência dos quais ele institui suas vivências. Portanto, definimos como *vivência* o experienciado pelo sujeito em face do objeto que culmina representado sob a forma de imagem subjetiva. A vida do indivíduo comportará, então, uma infinidade de vivências e por isso estas conquistarão intensidades distintas e desempenharão diferentes papéis na vida do sujeito. Algumas serão superficiais, fortuitas e casuais, operando como *transeuntes* na história da pessoa, isto é, passarão sem deixar maiores vestígios.

Outras, porém, modificarão a atitude do sujeito em face do objeto, e o farão por uma mudança do tono reativo determinado por ele (objeto) – essas serão as *vivências afetivas*. Tal modificação resulta de uma vasta gama de fatores que compreendem a circunstância imediata do confronto com o objeto, o seu significado, os motivos e fins da atividade que o envolve, as exigências a que o próprio sujeito se impõe nessa atividade, as implicações de seu resultado na vida da pessoa etc.

Não obstante a multiplicidade e complexidade de vivências afetivas que pautam a subjetividade, elas podem ser categorizadas, tomando-se como critério a prevalência, nelas, de *emoções* ou *sentimentos*. Assim, o que colocamos em questão é a existência de vivências afetivas, *nucleadas por emoções* e *vivências afetivas, nucleadas por sentimentos*. A nosso juízo, localizar a emoção e o sentimento no âmbito da vivência afetiva auxilia a compreensão da natureza social de ambos, posto que a vivência será sempre de um ser social e, igualmente, reduz os riscos de cisões artificiais entre esses fenômenos.

Trata-se de considerá-las unidas na atividade humana posto que as emoções se revestem de sentimentos, ou seja, os sentimentos conferem-lhes *conteúdos*, da mesma forma que as emoções conferem aos sentimentos sua tonicidade afetiva. Nessa direção, ambos se *encontram* no funcionamento humano, em uma dinâmica *figura-fundo*, lembrando que não há figura sem fundo nem fundo sem figura. Essa premissa, de cunho metodológico, confere amparo à nossa proposição de vivências afetivas, nucleadas por emoções e/ou sentimentos.

Como tal, as vivências afetivas comportam um sistema de sinais instituído por *impressões*, por marcas da experiência que se conservam como parâmetros, como modelos na memória em razão de seus matizes emocionais. A qualidade desses matizes advém tanto do fato de determinadas estimulações induzirem modificações fisiológicas de bem-estar ou mal-estar quanto da relação imediata entre os motivos da atividade e seus resultados para o sujeito, unificando, portanto, componentes *orgânicos e psicológicos*.

O dualismo que ainda impera em inúmeros enfoques acerca das emoções e sentimentos, a nosso entender, corrobora uma série de incompreensões sobre a vida subjetiva. Defendendo o enfoque sistêmico desses fenômenos, entendemos ser apropriado, para não separar o inseparável, abordá-los do ponto de vista de seus traços identitários próprios e de suas expressões particulares, lembrando que apenas formalmente podem ser tratados em separado.

As expressões das emoções incluem, por certo, diversas manifestações somáticas por ação de processos neurovegetativos. Esses processos envolvem a formação reticular, tálamo, hipotálamo, sistema límbico e gânglios subcorticais. Segundo Blagonadezhina (1960), tais expressões vinculam-se ao atendimento de necessidades orgânicas que se relacionam à própria conservação da vida. Vinculam-se também a formas específicas de reações a sensações, conferindo-lhes um tono emocional positivo/agradável, ou negativo/desagradável. A autora destacou que essas reações não deixam de ter, também, um cunho de preservação do organismo.

As manifestações emocionais, essencialmente caracterizadas pelas impressões associadas ao bem-estar ou ao mal-estar, são, portanto, sensações. Como tal, mobilizam-se por estímulos específicos, por elementos ou propriedades isoladas dos objetos ou fenômenos. A captação sensorial representa a *porta de entrada* do mundo na consciência, dado que demanda o reconhecimento das sensações emocionais nessa mesma condição. Não por acaso, ao se referir à indistinção funcional própria ao

sistema psíquico em seus momentos iniciais de desenvolvimento, Vygotski (2001) destacou o forte apelo emocional presente na formação de todas as funções psíquicas e, por conseguinte, no comportamento da criança.

O fato de as emoções se mobilizarem por qualidades isoladas dos objetos e fenômenos confere-lhe duas características básicas. A primeira diz respeito à sua irracionalidade imediata, ou seja, ao fato de se expressarem de maneira alheia à volição e às avaliações que sintetizam as várias características do contexto do qual emergem, e a segunda, à sua transitoriedade.

As reações emocionais despontam da relação imediata sujeito-objeto, são marcadas por vicissitudes dessa relação e, com isso, tanto podem potencializar a força estimuladora da ação quanto podem reduzi-la, debilitando a atividade vital do sujeito. Tais possibilidades se atualizam em razão da situação concreta dada e da história do indivíduo. Todavia quaisquer ações sob determinações exclusivamente emocionais levam em conta, apenas, aspectos parciais da situação.

A segunda característica, que mantém íntima dependência da primeira, refere-se à transitoriedade da comoção emocional, ou seja, seu caráter é intenso e profundo, porém, circunstancial. Essa transitoriedade assenta-se na radicalidade biológica e psicológica dos mecanismos afetivos. Do ponto de vista biológico, o organismo tenderá ao retorno do equilíbrio funcional, tratando-se, no caso, de uma tendência neurovegetativa de preservação orgânica. A ausência desse retorno, isto é, a vivência prolongada desse estado de alterações psicofísicas e decorrente tensão é uma das condições que engendram o estresse.

Do ponto de vista psicológico, o psiquismo tenderá ao funcionamento sistêmico, representado pela plurifuncionalidade psíquica como esteio do comportamento e, nessa direção, do atendimento às mediações que lhe correspondem. Essa proposição encontra amparo em Vygotski (1997), para quem o adocimento mental corresponde à *desintegração do sistema psíquico*, em razão da qual, ainda que as funções psicológicas permaneçam isoladamente intactas, deixam de desempenhar seu papel no referido sistema. Psicologicamente, o equilíbrio funcional se identifica com a superação da captação isolada e, consequentemente, com a ação da unidade psíquica interfuncional.

Outro aspecto que se destaca nas manifestações emocionais refere-se à sua expressividade, ou seja, elas confluem na direção de traços expressivos, estampados no corpo, na fala e no próprio pensamento, instituindo os movimentos expressivos que acompanham a atividade. Segundo Rubinstein (1967), tais movimentos possuem uma origem antiga e cumpriram, desde os antropóides, uma função essencialmente comunicativa. Graças às suas firmes conexões com os mecanismos fisiológicos e cerebrais, conservaram-se em sua plasticidade física, a exemplo das expressões corporais de medo, raiva, alegria, tristeza, espanto etc.

Todavia o autor colocou em questão, também, as imbricações que se instituem entre os movimentos expressivos humanos e suas significações, posto que a primitiva reação comunicativa reflexa se converteu, no processo de humanização, em ato semântico, em um tipo de linguagem que orienta a ação social. Essa *linguagem sem palavras*, de cunho iminentemente emocional, acopla-se à linguagem das palavras, conferindo-lhe um tom emocional, uma expressividade emotiva.

As manifestações emocionais se convertem, portanto, em *linguagem dos sentimentos* que, como qualquer linguagem, abarca tanto a relação com o outro quanto o próprio pensamento. Todavia a transmissão do pensamento por meio dessa linguagem não prioriza os conteúdos do pensamento, as ideias em si, mas aquilo que se *sente* em relação a elas. Eis mais um elemento demonstrativo da artificialidade das cisões entre emoções e pensamentos – e, da mesma forma, entre emoções e sentimentos.

Os próprios sentimentos se formam na unidade instituída pelas manifestações emocionais e pensamento, uma vez que seus conteúdos outras coisas não são, senão, ideias. As sensações emocionais conquistam *nomes*, tornam-se conceitos, encerram juízos e, como tal, serão ensinadas e aprendidas. Por isso caracterizam apenas a vida humana. Como asseverado por Blagonadezhina (1960, p. 359):

Os sentimentos são específicos do homem: tem caráter histórico, posto que surgem no desenvolvimento histórico da humanidade e se modificam no curso desse desenvolvimento. As mudanças nas condições sociais de vida modificam a atitude do homem frente ao mundo e como consequência disso mudam seus sentimentos.

Verificamos, portanto, que os sentimentos se relacionam às necessidades e motivos criados no curso do desenvolvimento histórico, subordinando-se às condições de vida do homem em sociedade e, como dado imanente das relações entre as pessoas, espalha-se em muitas direções.

Se as manifestações emocionais são analíticas, os sentimentos são sintéticos, mobilizando-se pelo conjunto de propriedades do objeto ou fenômenos. Essa característica lhes permite um caráter mais prolongado e constante, uma vez que não resultam apenas de traços positivos ou negativos, apreendidos isoladamente, mas das correlações entre eles. A vivência afetiva compreende contínuas contradições à resolução das quais virão outras, de sorte que a vida afetiva se realiza como um contínuo movimento, marcado por oscilações entre maior e menor estabilidade tonal em relação ao experienciado.

Nessa dinâmica radica a alternância do núcleo da vivência afetiva, quando então a prevalência de dados sentimentos pode induzir manifestações emocionais – ou comoções emocionais se fizerem seguidas de determinados sentimentos. O importante desse processo é que a emoção não é um reflexo fossilizado nem uma força desorganizadora do comportamento, a ser contida ou reprimida. Porém, como afirmaram Vigotsky (2004), Leontiev (1978a) e Rubinstein (1967), se é equivocado o imperativo à sua repressão, sua regulação se revela uma necessidade à vista da diretividade objetiva e cultural da ação humana.

Na regulação das manifestações emocionais, os sentimentos exercem papel de primeira grandeza. Entretanto essa não é uma tarefa que eles possam desempenhar por si mesmos. É também a serviço dessa regulação que se coloca o desenvolvimento do *autodomínio da conduta*, objetivo maior da formação de cada processo funcional em si e, conseqüentemente, do próprio sistema psíquico. Vygotski (1995) reiteradamente afirmou que a confluência das funções psíquicas só pode ser verificada na *personalidade* do indivíduo, nas propriedades que ela adquire ao tornar-se *maneira de ser* do mesmo.

Nessa maneira de ser, socialmente construída, objetivam-se as funções psíquicas superiores como esteio dos atos intencionalmente dirigidos por finalidades conscientes. Destarte, o ato volitivo se produz na personalidade desenvolvida, ou seja, apta a suplantar o legado natural e o imediatamente disponibilizado por ele. Portanto, o autodomínio da conduta não se institui na ausência do conhecimento sobre si e sobre o mundo, posto que esse fato exige a transformação dos impulsos naturais em finalidades e motivos da atividade social.

Assim, a regulação das manifestações emocionais não se resolve a partir, meramente, do *campo afetivo*, determinando a formação qualitativamente superior da complexa personalidade humana, objetivo maior do desenvolvimento de *todas as funções psíquicas superiores*.

Considerações finais

Para a psicologia histórico-cultural, a compreensão do processo funcional afetivo demanda a superação dos dualismos em todas as suas expressões. Superar as oposições entre biológico e psicológico, razão e emoção, emoção e sentimentos impõe-se como exigência primeira na afirmação da natureza social do homem.

Na atividade que vincula o ser à natureza, que o coloca face a face com as condições objetivas de sua existência e pela qual visa ao atendimento dos motivos que a sustentam, encontra-se sintetizada sua capacidade para representar o mundo afetivo-cognitivamente. Assim, cabe afirmar conclusivamente que não é o pensamento quem pensa ou o sentimento quem sente, quem assim o faz é a *pessoa*, que apenas arbitrária e artificialmente pode ser compartimentalizada.

A nosso juízo, a psicologia, como ciência e profissão, volta-se à análise do desenvolvimento psíquico ou do comportamento, tendo em vista corroborar a qualidade de vida das pessoas e auxiliá-las no enfrentamento de desafios existenciais, dentre outras questões, contribuindo, sobretudo, para a formação e otimização das capacidades das pessoas. Ademais contribui, a partir de seu *corpus* teórico, com outras áreas do conhecimento, diversificando-se em ricas interfaces. Sendo assim, os campos de influência teórica da psicologia e de atuação do psicólogo são inúmeros e podem variar em diversos

aspectos, mas haverá entre eles um dado em comum, do qual não se poderá furtar: o objeto da ciência psicológica!

Por isso advogamos que a compreensão desse objeto na perspectiva da totalidade seja uma exigência científica de base e um contributo de caráter amplo, e a unidade afetivo-cognitiva, nesse bojo, um princípio explicativo geral para todo e qualquer fenômeno psicológico. Consideramos que os desafios teóricos do conhecimento e as demandas práticas entrelaçam-se contínua e historicamente, impulsionando a construção de uma psicologia científica e viva.

Referências

- Blagonadezhina, L. V. (1960). Las emociones y los sentimientos. In A. A. Smirnov., A. E. Leontiev., S. L. Rubinstein., & B. M. Tieplov. (Orgs.), *Psicología* (pp. 355-384). Ciudad do México, México: Grijalbo.
- Damásio, A. (2011). *O cérebro criou o homem*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Damásio, A. (2012). *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Damásio, A. (2014). *Em busca de Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Damásio, A. (2015). *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Leontiev, A. N. (1978a). *Atividad, consciencia y personalidad*. Buenos Aires, Argentina: Ciencias del Hombre.
- Leontiev, A. N. (1978b). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte.
- Luria, A. R. (1991). *Curso de psicologia geral* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Machado, L. V., Facci, M. D. G., & Barroco, S. M. S. (2011). Teoria das Emoções em Vigotski. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 647-657.
- Martins, L. M. (2013). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Martins, L. M. (2015). *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano* (2a. ed.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Marx, K. (2010). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Monteiro, P. V. R. (2015) *A unidade afetivo-cognitiva: aspectos conceituais e metodológicos a partir da psicologia histórico-cultural*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Paulo Netto, J. (2015). *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. São Paulo: Boitempo.
- Rubinstein, S. L. (1967). *Principios de psicologia general*. Ciudad do México, México: Grijalbo.
- Russell, B. (1979). *Obras filosóficas*. (Vol. 1). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Toassa, G. (2012). Vigotski contra James-Lange: crítica para uma teoria histórico-cultural das emoções. *Psicologia USP*, 23(1), 91-110.
- Tonet, I. (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Vigotsky, L. S. (2004). *Teoria de las emociones: estudio histórico-psicológico*. Madrid, España: Akal.
- Vygotski, L. S. (1995). *Obras escogidas*. (Vol. 3). Madrid, España: Visor.
- Vygotski, L. S. (1996). *Obras escogidas*. (Vol. 4). Madrid, España: Visor.
- Vygotski, L. S. (1997). *Obras escogidas*. (Vol. 1). Madrid, España: Visor.
- Vygotski, L. S. (2001). *Obras escogidas*. (Vol. 2). Madrid, España: Visor.

Recebido em 27/06/2016
Aceito em 01/11/2016

Lígia Márcia Martins: livre-docente em psicologia da educação, professora do curso de psicologia da Faculdade de Ciências da Unesp/Bauru e do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara.

Bruna Carvalho: mestre e doutoranda em educação escolar pelo Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara, professora-coordenadora de uma escola pública de ensino fundamental I.